

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Mais de ano, e entre as maiores dificuldades, manteve-se em França o gabinete de Henri Queuille. Durou tempo mais que suficiente para desgastar qualquer governo, na dificultosa situação que atravessa a Europa, mas tempo por certo mui breve para os adoradores do poder, que no seu uso vêem a essência e a razão de ser dos governos. Para estes industriais da coisa pública, o ideal é um governo longo, estável e pôsto a coberto de sobressaltos. Outro não é, no mundo zoológico, o ideal da ordem dos roedores.

O episódio devera, porém, fazer refletir os que argumentam com a instabilidade dos governos parlamentares. Já se tem dito com muita razão que a chamada instabilidade, longe de ser um defeito, é antes uma virtude do sistema, pois ela é que permite se vá o governo adaptando às várias conjunturas por que passa o país e evita, com uma simples crise ministerial, distúrbios muito mais graves, como revoluções e golpes de estado. Não se trata de **INSTABILIDADE**; é antes **MUTABILIDADE**, **ADAPTABILIDADE**

Mas o que há de particularmente notável no caso do gabinete Queuille é que não o derribou o parlamento, senão que elle mesmo foi quem espontaneamente se demitiu, por causa das divergências internas que o minavam. Na terrível corrida entre o custo da vida e os salários, não se entendiam os ministros quanto às providências aconselháveis. E, sendo governo, antes de tudo, unidade de pensamento e ação, outro caminho não teve o gabinete, senão deixar o pôsto. Claro fica assim que o governo que o substitua virá com esta questão já perfeitamente definida, pois em tôrno da sua solução se terá formado.

Que saída haveria no caso, se presidencial fôsse o sistema de governo? Nenhuma. Nem se chegaria a suscitar o caso, pois importância não teria o acôrdo ou desacôrdo dos ministros, desde que, como é de regra, se submetessem elles às determinações do presidente da República. Não haveria queda de governo, o que seria de grande vantagem para os roedores do poder, mas também não haveria uma solução democrática do grave problema, já que a vontade de um só homem se poderia sobrepor à dos demais. Em França, é afinal a nação, por meio de seus representantes, quem resolve a questão; no Brasil, é um homem quem, bem ou mal, a resolve ou a deixa de resolver, pois a regra, entre nós, é não dissentirem os ministros, ou, pelo menos, não manifestarem o seu dissentimento.